

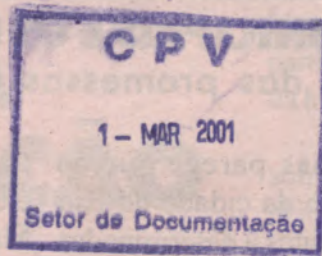
URB MOURS 9/A

CPV-CENTRO DE DOC E PESQUISA VERGUEIRO
R. Sao Domingos, 224
Bela Vista
Sao Paulo SP 01.326-000

Central

SE LIGA NO Sinal

Saúde e Religião: os caminhos da fé até o bem-estar



O diagnóstico participativo no Complexo de Manguinhos

3

Serra da Misericórdia: a nova área de proteção ambiental

6

Info ativo
Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina
Ano VIII / Número 45 - Out/Nov/Dez



Conheça o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Fórum do Plano Diretor do Rio

7

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL

Carla Moura
Cristina M. (Kita) Eitler
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Victor Vincent Valla
Wallace Hermann Júnior

**APOIO
ADMINISTRATIVO**

Maria de Fátima Correia S.

**JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (205 3220)

CAPA

Foto Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.



(Fonte: Jornal "Globo", de 30.de
outubro de 2000)

EDITORIAL

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E OS PROBLEMAS DA LEOPOLDINA

O longo caminho das promessas às soluções.

Pode ser engano nosso, mas parece que as promessas dos candidatos a prefeito da cidade do Rio de Janeiro, como também as visitas feitas a determinadas localidades da Leopoldina não levaram em conta uma série de problemas da região.

No Complexo de Favelas de Manguinhos houve um incêndio que destruiu muitos barracos perto da Vila Turismo, onde as muitas famílias atingidas perderam praticamente todos os seus pertences. A maioria das famílias continua morando nas casas de parentes e amigos, sem a perspectiva de ter seu problema resolvido. O incêndio agravou a situação já precária em que se encontravam, pois essas famílias já foram vítimas da grande enchente de 1996 e estavam abrigadas de uma forma que deveria ser provisória nos barracos agora queimados.

Em situação semelhante está a comunidade Mandela de Pedra, também no Complexo de Manguinhos, e onde houve um outro incêndio em setembro passado. Até agora nenhuma providência foi tomada numa favela que já apresentava condições de vida precárias antes do incêndio.

Um outro antigo problema da Leopoldina está no artigo da página 6 desta edição do **Se Liga no SINAL**: o futuro da Serra da Misericórdia. Localizada numa região com o maior índice de poluição atmosférica do município, a área é um outro indicador do descaso do poder municipal diante da reivindicação de sua transformação em Parque Ecológico, como o movimento comunitário tem levantado há mais de cinco anos.

Na realidade, os casos acima citados são apenas alguns dos muitos problemas que afetam a vida da

população pobre da Leopoldina. Na propaganda eleitoral do novo prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, constatamos pelo menos três promessas que tem a ver com estes casos:

- ☞ criar um novo Programa de Habitação Popular;
- ☞ retomar os programas Favela Bairro e Rio Cidade, e implantar o Rio Comunidade;
- ☞ assumir a fiscalização ambiental em toda a cidade.

O atual prefeito, Luis Paulo Conde, enviou para a Câmara Municipal uma proposta orçamentária para o ano 2001, totalizando investimentos de mais de 550 milhões reais. Destes, quatro propostas relacionados aos problemas citados acima somam mais de 247 milhões de reais e 43,8 % do total dos investimentos (ver quadro abaixo).

Se o novo prefeito propuser a redefinição do orçamento, poderá se abrir a oportunidade de garantir investimentos públicos. É importante que a sociedade civil da Leopoldina acompanhe esse processo, verificando até que ponto a Câmara de fato aprovará esses números, e até que ponto e de que maneira o novo prefeito investirá, ou não, o dinheiro público para a solução dos

*"Orçamento 2001:
rediscussão na Câmara tem
que garantir os recursos
para a solução de
velhos problemas da
Leopoldina."*

problemas da região. E é mais importante ainda que as organizações populares, como a Rede Local de Educação e Saúde, o Conselho Distrital de Saúde da A.P. 3.1, o Conselho Comunitário do Complexo do Alemão - CONSA e outras entidades convoquem os vereadores eleitos para se comprometerem com esses graves problemas. ■

Projetos	Valor (milhões de reais)	%
⇒ Assentamentos populares	147,6	26,1
⇒ Favela-Bairro e Programa Bairrinho	46,4	8,2
⇒ Programas Habitacionais	26,0	4,6
⇒ Projetos e Obras do Meio Ambiente	27,8	4,9
TOTAL	247,8	43,8





O QUE SERIA A PARTICIPAÇÃO HOJE?

Primeiras reflexões sobre participação popular, a partir do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP no Complexo de Manguinhos.

Carla Moura

A Fundação Bento Rubião foi contratada por um consórcio de entidades governamentais e não governamentais, formado por instituições como a Fiocruz, Finep, CEF e secretarias municipais (Trabalho e Desenvolvimento Social), que dentro da perspectiva do DLIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, tem se reunido regularmente com o objetivo de articular-se para promover ações integradas para o desenvolvimento do Complexo de Manguinhos.

O Complexo de Manguinhos é composto por 11 comunidades localizadas em torno da Fiocruz e ao lado da rede ferroviária Leopoldina. São elas: Parque Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Samora Machel, Nelson Mandela, Mandela de Pedra, CHP2, Vila União, Vila Turismo, João Goulart, Vila São Pedro e Vila Agrícola.

O DRP - DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

A necessidade de articulação dos integrantes do consórcio nasceu de uma longa história de atuação da própria Fiocruz junto a essas comunidades, que estão localizadas geograficamente ao seu redor, de diversas outras instituições governamentais e empresas privadas, que até agora vinham atuando isoladamente no apoio à população.

Segundo Valério da Silva, da Fundação Bento Rubião, o papel da entidade é a elaboração de um material com aspectos importantes da vida das comunidades, desde sua história até os principais problemas e as potencialidades. Este trabalho, chamado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), está sendo elaborado a partir de entrevistas com atores relevantes para a história e a vida das comunidades.

Articulado ao DRP, como parte do trabalho, está sendo iniciado um processo de sensibilização dos agentes e representantes comunitários para a constituição de um importante fórum, congregando diversas instituições públicas e privadas, bem como associações de moradores, grupos culturais e educativos e outros mais ligados ao desenvolvimento do Complexo de Manguinhos.

OS PRIMEIROS RESULTADOS DO DRP

De acordo com as primeiras entrevistas realizadas com as lideranças, algumas delas parecem não estar a par da proposta desse consórcio para o desenvolvimento das comunidades. Ao mesmo tempo, tudo indica que não estão participando das discussões acerca das possibilidades dessas ações.

Uma das questões que emergem da pesquisa é por que não há participação, se o desenvolvimento é desejo dos moradores e motivação da luta de todas as lideranças do Complexo de Manguinhos?

A mobilização popular em torno das associações de moradores sofreu um grande refluxo na década de 90, cujas causas precisas são objeto de muitas análises. Mas, o fato é que todas as comunidades do Complexo de Manguinhos possuem suas associações de moradores, cuja razão de existir continua sendo lutar pelo desenvolvimento das comunidades em todos os seus aspectos.

Quando não participam, o que os atores comunitários estão querendo dizer? Será que não é um "protesto sem voz"? Será que não estão indicando a necessidade do estabelecimento de um novo tipo de relação das diversas instituições com as comunidades?

Nos relatos dos que foram entrevistados até agora, podemos encontrar algumas pistas. Alguns desconfiam que a presença das equipes nas comunidades têm ligação com algum candidato, demonstrando descrédito devido à quantidade de promessas não cumpridas feitas às vésperas de eleições. Outros reclamam das visitas feitas por diversos entrevistadores, que muitas vezes tem significado mais um trabalho para a comunidade, sem posteriormente vislumbrar algum resultado advindo dessas entrevistas. Devido a isso, a equipe do DRP se comprometeu a retornar para discutir com as comunidades os dados obtidos e devolvê-los na forma de pequenas publicações acessíveis a todos.

OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Durante as últimas décadas têm se discutido participação popular. Esta é definida como participação política de entidades da sociedade civil junto a órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas públicas na área social. Porém, observa-se que este conceito tem adquirido significado diferenciado, dependendo de quem o utiliza, o que termina por desembocar em práticas muito diversificadas, legitimadas pela "participação popular".

Talvez seja prioritário na instituição do fórum, a discussão acerca do que as instituições governamentais esperam que seja a participação da população e até onde e como a população quer participar. Isso decorre do fato de que a participação, a priori, implica numa contradição: por um lado legitima a política do Estado e por outro constitui-se num canal de disputa pelo controle e a destinação da verba pública.

Há também um outro aspecto que deveria ser considerado pelos moradores do Complexo de Manguinhos: a atual articulação das instituições em prol do desenvolvimento local é fruto de lutas de muitos anos da própria população pela melhoria das comunidades.

Mesmo cansados de tantas promessas advindas das mais diversas fontes, como garantir que as ações locais estejam de acordo com as reais necessidades dos moradores?

Quem melhor do que eles para dizer do que precisam, querem e como querem?

Será que este futuro fórum para o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, não poderá se constituir numa experiência na qual se vivencie a possibilidade da humanização das relações historicamente estabelecidas entre o poder público e a população? ■



Religiosidade Popular e Saúde

Pesquisa procura desvendar a ação terapêutica da fé.

Atualmente, o CEPEL desenvolve uma pesquisa sobre como as pessoas pobres, através de diferentes formas de religiosidade, lidam com seus problemas de saúde. A investigação tem sua origem no Departamento de Endemias Samuel Pessoa, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) Fiocruz, onde é desenvolvido o projeto de pesquisa "Onde vão as classes populares quando os serviços de saúde não satisfazem?" O Departamento também oferece no Curso de Pós-Graduação da Escola, a disciplina "Religiosidade Popular e Saúde". A pesquisa está na sua primeira fase e até o momento já foram feitas entrevistas com membros de centros religiosos como centros espírita, igrejas protestantes, evangélicas e católicas. Nesta matéria, apresentamos parte desta primeira etapa e os conceitos que percorrem toda a pesquisa: o sofrimento difuso e o apoio social.

Victor Vincent Valla

O SOFRIMENTO DIFUSO

A pesquisa proposta parte de uma nova explicação da razão do adoecimento das pessoas. Problemas emocionais causados por problemas sociais como a violência, o desemprego, as brigas familiares, ou os baixos salários criam o que o povo chama de "doença dos nervos" e que os profissionais de saúde chamam de estresse ou "sofrimento difuso". Esse "sofrimento difuso" se manifesta na forma de medos, ansiedades, angústias, e, na medida em que não desaparecem, as suas causas tendem a enfraquecer as defesas do corpo, provocando dessa forma o aparecimento da doença, ou permitindo até a entrada de uma bactéria ou vírus

Assim, na realidade, se houvesse uma prevenção adequada, muitas doenças poderiam ser evitadas. O problema é que os serviços de saúde - Centros Municipais de Saúde, postos de saúde e hospitais - utilizam todos os seus recursos materiais e humanos para lidar com o tratamento das doenças, e não estão organizados ou dispõem de tempo suficiente para resolver os problemas do "sofrimento difuso".

O APOIO SOCIAL

Em alguns lugares do mundo discute-se hoje uma nova proposta de como prevenir as doenças, chamada de "apoio social". A idéia do apoio social baseia-se no fato de que quando as pessoas percebem que contam com o apoio sistemático de um grupo de vizinhos, um círculo de conversa num Centro de Saúde, uma igreja, esse apoio permite que as defesas do corpo fiquem mais fortes, permitindo uma melhoria na auto-estima, mais controle sobre a

condução da vida e até a possibilidade de evitar uma doença. Na realidade, a proposta de apoio social é uma resposta para problemas de saúde que podem ter como ponto de partida, problemas emocionais.

AS "ALTERNATIVAS" DE CADA UM

Muitos brasileiros buscam resolver seus problemas de sofrimento difuso por vias alternativas. Os que dispõem de mais recursos financeiros praticam meditação e yoga ou lançam mão de cristais e florais. A idéia principal da nossa pesquisa é que os pobres tendem a procurar espaços religiosos como uma forma de terapia alternativa, barata e eficaz.

Neste momento da pesquisa, a equipe do CEPEL está fazendo entrevistas com padres, pastores evangélicos e coordenadores de Centros Espíritas. Nos quadros desta página, publicamos alguns trechos de suas opiniões, colhidas nas entrevistas da pesquisa:

"A questão da doença está dividida em dois grupos, em doenças (origem material) e enfermidades (origem espiritual)." (Diácono da Assembléia de Deus)

"Existem doenças que o homem pode curar e outras que só Deus cura. Pela sabedoria humana, pela ciência humana, o médico descobre a doença e faz o tratamento e a pessoa fica boa. Porém, do lado espiritual, existem doenças que o médico se esforça mas não consegue êxito, entrando a questão da fé." (Pastor protestante)

"Muitas pessoas morrem antes da hora, sem a vontade de Deus." (Pastor da Assembléia de Deus)

"A religião quer despertar nas pessoas o espírito da fraternidade; ou seja, do amor a Deus e do amor ao próximo. Ela tem que ser libertadora em todos os sentidos, até política e economicamente." (Padre católico)

"A doença resulta de um desequilíbrio energético dos chakras. Daí as práticas magnéticas, na tentativa de restabelecimento do bom fluxo de energia da aura. As mulheres, maior público do Centro, recebem antes de qualquer outra assistência, a possibilidade de serem ouvidas."

(Membro de Centro Espírita)

"Pelo menos 80% das doenças são de origem psicológica." (Padre católico)

"As pessoas colocam as coisas na cabeça, acreditam que são inferiores, aí acabam adoecendo." (Pastor protestante)

"A proposta do discurso neoliberal é para deixar o mercado dominando. O Estado está praticamente se retirando, a presença do Estado é mínima, é uma negação."

(Padre católico)

"Não adianta orar se a pessoa está com deficiência forte de alimentação." (Diácono protestante)

"Nas Quintas-feira das Vitórias, freqüentam a Assembléia de Deus mais de 4.000 pessoas, falando de curas e ouvindo palestras sobre temas como depressão."

(Pastor da Assembléia de Deus)

"A recuperação através da Extrema Unção não é milagre, mas sim fruto da acolhida, onde a pessoa se sente valorizada, se reanima, gerando reação." (Padre católico)

"Dado que a sociedade capitalista lhe nega seus direitos legítimos e o priva de oportunidades de trabalho e de bem-estar, ao homem popular não resta outra alternativa que recorrer a uma série de "estratégias de sobrevivência". É precisamente nesse contexto que a religião popular adquire - via de regra - pleno sentido como forma paralela e complementar de "estratégia de sobrevivência simbólica". (...)

"Não se busca um benefício compensatório na outra vida, mas uma relação direta com os poderes sobrenaturais, a fim de tornar a vida mais suportável neste mundo." (Cristian Parker. Modernização capitalista e religião popular - outra lógica na América Latina. Petrópolis. Ed. Vozes, ps. 272 e 283).



ÁREA PESQUISADA

1. Jardim América
2. Vigário Geral
3. Parada de Lucas
4. Cordovil
5. Braz de Pina
6. Penha Circular
7. Penha
8. Olaria
9. Ramos
10. Bonsucesso
11. Mangueiras
12. Complexo do Alemão
13. Complexo da Maré





Qual o papel que a Serra da Misericórdia pode ter na melhoria da qualidade de vida da Leopoldina, região considerada a mais poluída do município do Rio de Janeiro? Sobre questões como esta, conversamos com os ambientalistas Sérgio Ricardo, do Grupo Os Verdes/Ecologia Social e Celso Brites, da Bicuda Ecológica.

Serra da Misericórdia vira APARU Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana

Segundo o ambientalista Sérgio Ricardo, que também é assessor da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o principal problema ambiental da Leopoldina é também de ordem social, ou seja, o grande contingente da população que vive em estado de indigência e exclusão social, ocupando áreas abandonadas pelo poder público, onde ela se "ajeita" para morar sem as mínimas condições de saneamento e higiene, instalando-se nas encostas e desmatando o pouco que resta de área verde para construir.

No caso da Leopoldina, a poluição é agravada pelo Parque Industrial de aproximadamente 400 indústrias na região, além das três pedreiras que operam na Serra da Misericórdia (Brasil-Beton, Nacional e Anhanguera) poluindo ainda mais a atmosfera com partículas sólidas em suspensão.

No que tange ao saneamento básico, a Leopoldina é a região do Rio de Janeiro que concentra o maior número de favelas, contando atualmente com 90 comunidades. E, até agora, não há Favela-Bairro que dê conta da precariedade crônica do saneamento básico dessas comunidades.

Segundo Sérgio Ricardo, dados do Banco Mundial registram cerca de 1.000 a 1.200 casos de morte prematura de recém-nascidos por ano, por conta de problemas respiratórios, na Bacia Aérea que vai da Leopoldina até a Baixada Fluminense.

Celso Brites, presidente da Bicuda Ecológica, hoje em dia uma organização não governamental, mas que como movimento luta há 5 anos pela recuperação ambiental da Leopoldina e mais especificamente da Serra da Misericórdia, confirma os problemas

citados por Sérgio Ricardo, e acrescenta que a região é desprovida de cobertura vegetal, o que contribui para o seu aquecimento.

Nos últimos 3 anos, o trabalho de algumas organizações da Leopoldina, como a própria Bicuda Ecológica, o grupo Verdejar, do Engenho da Rainha e Os Verdes/ Ecologia Social, da Ilha do Governador, tem contribuído para minorar o quadro de abandono ambiental e social. Um exemplo é o início do reflorestamento da Serra da Misericórdia, através de mutirões que empregam mão-de-obra das próprias comunidades, remunerada pela prefeitura.

Nos últimos 3 anos, o trabalho de algumas organizações da Leopoldina, como a própria Bicuda Ecológica, o grupo Verdejar, do Engenho da Rainha e Os Verdes/ Ecologia Social, da Ilha do Governador, tem contribuído para minorar o quadro de abandono ambiental e social.

Celso também cita as pedreiras que operam na Serra como responsáveis por graves problemas ambientais. A maior delas, a Brasil-Beton, pertence a um grupo francês, o La Farge, que comprou a empresa Cimento Mauá e tem espalhadas pelo Brasil mais 14 pedreiras. Será que na França o La Farge poderia explorar uma pedreira em área urbana tão densamente povoada, como a região da Leopoldina?

Celso explica que, como em qualquer atividade de extração mineral, são emitidas partículas no ar e com o vento, no caso da Brasil-Beton, essa poeira atinge principalmente os bairros de Engenho da Rainha e Inhaúma. Conclui ele que, qualquer posto de saúde da região pode comprovar uma incidência maior de bronquite e outros problemas respiratórios entre os moradores.

Celso Brites ainda nos alerta que se não forem tomadas medidas para reflorestar e recuperar o meio-ambiente da Serra da Misericórdia ela pode transformar-se na maior favela do mundo: um

cordão de habitações precárias vindo do Complexo do Alemão, atravessando os bairros de Inhaúma, Engenho da Rainha, juntando-se às favelas da Penha, encontrando-se então na Vila Kosmos com o Morro do Juramento e este se estendendo ao Morro da Serrinha. Seguramente este poderá ser o maior complexo de favelas do mundo, com todos os problemas já conhecidos.

Como resultado dos 5 anos de luta e mobilização da sociedade local em prol da melhoria ambiental da região, foi decretada pela prefeitura a criação de uma APARU (Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana), englobando toda a Serra da Misericórdia: o Complexo do Alemão, o complexo de favelas da Penha, Vila Kosmos, Morro do Juramento, a Serrinha e várias ruas adjacentes ao entorno da Serra. No dia 14 de novembro, em solenidade realizada no Palácio da Cidade, com a presença das organizações locais Bicuda Ecológica, Verdejar, Os Verdes e o CEPEL, o prefeito Conde sancionou o decreto-lei de criação das APARUs da Serra da Misericórdia e da Serra dos Pretos Forros.

Segundo Celso, a decretação da APARU da Serra da Misericórdia facilita a intervenção institucional da prefeitura em áreas como construção em encostas e pode melhorar a arborização das ruas adjacentes à Serra, além de propiciar uma ação mais efetiva contra a grilagem de terras no entorno da Serra da Misericórdia, mais um fator de degradação ambiental da Leopoldina.

A esperança é que futuramente as pedreiras também sejam desativadas, para alegria do grupo ecológico Verdejar, do bairro do Engenho da Rainha, que sonha instalar, no lugar delas, áreas para atividades esportivas e culturais.

A notícia da criação da APARU é animadora, mas se não houver controle social e participação real da população na sua gestão, ela poderá ser apenas mais um decreto-lei, daqueles que não pegam. Se os benefícios que ela poderá trazer para a Leopoldina, não contemplarem seus habitantes mais pobres, todo esse esforço terá sido insuficiente. ■



Um lugar para morar: um direito da cidadania, uma conquista na lei e na prática

As trajetórias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor

Fernando Carlos Rosa Fernandes

out
nov
dez
00

7

A reunião do Consa – Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão, realizada na paróquia São Sebastião de Olaria, no dia 21 de setembro, teve entre outros pontos de pauta, a discussão sobre o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. João, mais conhecido como Jota, militante do Movimento em São Paulo, fez uma rápida apresentação da experiência do movimento e participou da discussão.

A CONQUISTA DE UM TETO

Jota informou que a experiência é parecida com a do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, pois a idéia é promover um grupo organizado popular, com caráter político, não partidário, que possa ter autonomia para lutar por justiça social, especificamente, pela moradia, motor da luta social urbana. Segundo ele, essa busca pela moradia se justifica pois para a vida humana a moradia é o elemento básico, ou em suas palavras: "...O homem precisa se proteger do sol, da chuva...".

A ocupação de terras e prédios desocupados é a principal forma de fazer a luta pela moradia. As áreas ocupadas são justamente as que não cumprem sua função social: moradia, prédios privados e públicos – que não estão funcionando. Assim é feita a conscientização popular.

O movimento surgiu em São Paulo, em 1997, e segundo Jota nasce da necessidade de não repetir os erros dos movimentos já existentes. Para o MTST, entre outros problemas, estes outros movimentos foram cooptados pelo poder público, pelos partidos políticos. Dados publicados pela Folha de São Paulo, de 8 de novembro, permitem contabilizar pelo menos 4 diferentes grupos promovendo ocupações no centro da cidade de São Paulo, num total 3.485 famílias.

Segundo dados do IBGE, existem no Brasil cerca de 55 milhões de pessoas sem teto. O número parece alto, mas leva em consideração as famílias que mesmo possuindo moradia própria não dispõem de infra-estrutura (saneamento básico, segurança, escolas, áreas de lazer, hospitais...) Podem ser incluídas como sem teto, por conta do aumento da pobreza no Brasil, grandes parcelas da população que simplesmente não têm condições de pagar suas contas.

Determinar o número exato de brasileiros sem teto é muito difícil, na medida em que há um grande número de andantes (moradores de rua) e de pessoas que moram em casa de parentes.

Jota informou que um terço da população do Grande Rio é considerada sem teto, principalmente os moradores das favelas, que mesmo possuindo moradia, vivem sem infraestrutura urbana. Segundo ele, há um total de 2.300 famílias ocupando prédios públicos e privados sem qualquer papel social, na região metropolitana. Destas, 1700 estão na cidade do Rio de Janeiro, das quais 1.277 famílias ocupam uma área na Av. Brasil, na altura do viaduto dos Cabritos.

A MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À CIDADE

A mobilização popular dos anos 80 resultou no capítulo da Reforma Urbana, na Constituição de 88. Na verdade, a discussão do tema ocorre desde os anos sessenta, quando constatou-se um grande *deficit* habitacional no país, como consequência da urbanização desordenada, resultante do rápido processo de industrialização da região Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

O capítulo da Reforma Urbana, da Constituição de 88, prevê três aspectos que devem ser considerados na abordagem da questão habitacional: uso social do solo urbano; participação popular (via Plano Diretor) e Uso Capião Urbano.

Marcos Azevedo, arquiteto e membro do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, explica como tem sido na prática, a incorporação dos preceitos constitucionais na execução da política urbana da cidade do Rio, desde a aprovação do Plano Diretor, em 1992.

Segundo ele, em termos de administração municipal do Rio, a discussão da questão urbana tem sido encaminhada por setores progressistas da Câmara dos Vereadores. Assim, em 1992 é formulado o Plano Diretor da cidade, que tem como

objetivo gerir o uso do solo urbano e, por finalidade, contemplar sua função social.

Em 1993, quando assumiu a prefeitura, César Maia retirou os projetos do Plano Diretor da Câmara, para analisá-los, o que é normal em início de mandato. No entanto, o Plano Diretor foi "engavetado" pelo prefeito e pouco, foi feito em quase 10 anos de aprovação do Plano Diretor.

A política habitacional do prefeito seguinte, Luis Paulo Conde, seguiu a mesma linha do antecessor - a cidade é pensada de forma estratégica, adequada a "acolher" o capital imobiliário. Não é, portanto, sem razão a aprovação da Lei dos Apart-hotéis. Infelizmente para a cidade, ela é coerente com a forma com que as duas administrações lidaram com o Plano Diretor, ou seja, não o consideraram. Ou foram obrigados a levá-lo em conta, como por exemplo, quando adotaram o projeto Favela-Bairro, cuja implantação é prevista pelo Plano Diretor, que obriga a urbanização das favelas. Assim, a paternidade do projeto não é de nenhum político, como tanto se debateu na última eleição, mas sim a obrigação legal.

Sempre às terças-feiras, de quinze em quinze dias, reúne-se na Câmara de Vereadores, o Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor. A denúncia pública mais recente levantada por ele, foi a Lei dos Apart-Hotéis.

O Fórum foi criado em 1997, como reação à proposta de desfiguração do Plano Diretor, quando Luis Paulo Conde assumiu a prefeitura e enviou um projeto à Câmara dos Vereadores, prevendo que a legislação urbanística pudesse ser feita pelo poder executivo, contrariando a Lei Orgânica do Município, que determina que essa é uma atribuição do poder legislativo. ■



FIQUE POR DENTRO

AS PREOCUPAÇÕES DO CARIOCA

Pesquisa do Ibope feita no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de outubro, pouco antes das eleições para prefeito, com 1.200 entrevistados, apontaram as principais preocupações dos moradores da cidade. Os entrevistados, que podiam apontar mais de um problema, indicaram, pela ordem: Saúde (57%); Segurança pública (55%); Desemprego (55%); Educação (40%); e Menor abandonado (20%). (Fonte: O Globo, de 14/10/2000)



OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DOS ÔNIBUS

Outra pesquisa do IBOPE foi realizada no Rio, em junho deste ano, a pedido da Fetranspor, a poderosa entidade que reúne os empresários de ônibus da cidade. A pesquisa ouviu 1.500 pessoas sobre os principais problemas do transporte de ônibus na cidade. Pela ordem, foram indicados os seguintes problemas críticos: risco de assalto (38%); tempo de espera (17%); lotação (15%); tarifa (7%); motorista ruim/grosseiro (7%); congestionamento (6%); pouco conforto (5%); degraus altos (2%); outro (2%); conservação (1%); sujeira (1%); cobrador ruim/grosseiro (1%) e não sabe (1%).

Para o secretário estadual de Transportes, Luiz Alfredo Salomão, estas podem ser as razões para a migração rumo aos transportes alternativos. (Fonte: Jornal do Brasil, de 15/10/2000)



O AUMENTO DA CESTA BÁSICA NO RIO

A pesquisa de preços da cesta básica realizada até novembro, registrou um aumento de 9,05%, apontando um encarecimento de 9% este ano. Entré os produtos com amiores altas estão açúcar (57,3%), ovos e frango (30%), farinha de mandioca (24%), café e leite em pó (20%).

Se a variação de preços da cesta básica se confirmar, o índice ficará três pontos percentuais acima da inflação, estimada em 6% pelos analistas para o ano. (Fonte: O Globo, 11/11/00)

CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 590 1998
E. Mail: cepel@alternex.com.br
Rio de Janeiro

CAI A PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA NACIONAL

“O trabalhador brasileiro está mais produtivo, mas nem por isso está ganhando mais dinheiro.

Levantamento feito com 42 setores da economia revela que, de 91 a 98, a produtividade por empregado aumentou, em média, 2,5% ao ano, ou 19,1% no período, um aumento igual ao da economia norte-americana.

Isso significa que o operário que produzia cem canetas em 91 passou a fabricar 119 unidades em 98, no mesmo espaço de tempo.

Só que, enquanto isso, de 1990 a 1999, a participação do salário na composição do Produto Interno Bruto caiu oito pontos percentuais, de 45% para 37%, respectivamente.” (...)

É o que constata o trabalho do economista Regis Bonelli, pesquisador associado do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Mais: ele não viu relação entre ganhos de produtividade e queda de preços. “É uma pena.” (...)

A explicação dos economistas é a seguinte: o desemprego contribuiu para reduzir o peso do componente trabalho no PIB.

Ao mesmo tempo, as empresas investiram em tecnologia e os aluguéis subiram (ambos são componentes do capital) nos anos 90. Como esses ganhos não foram repassados aos salários, veio a queda da participação do trabalho.” (Publicado na Folha de São Paulo, de 22/10/2000)



O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2001

Antes do término do seu mandato, e como manda a lei, o prefeito Conde enviou para a Câmara de Vereadores, a proposta orçamentária do município para o ano 2.001, que poderá ser redefinida pelo novo prefeito, César Maia. No projeto, os principais investimentos propostos pela prefeitura são: assentamentos populares – 147,6 milhões de reais (26,1%), Favela-Bairro e Programa Bairrinho – 46,4 milhões (8,2%), programas habitacionais – 26,0 milhões (4,6%), pavimentação, drenagem e saneamento – 67,6 milhões (12,0%), Rio-Cidade II/Projeto Riomar/Rio-rua – 54,7 milhões (9,7%), Avenida Brasil – 33,1 mil (5,9%), projetos e obras do Meio Ambiente – 27,8 mi (4,9%) e contenção de encostas – 20,3 mi (3,6%). (Fonte: O Globo, de 30/10/2000)

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____